

NOVAS TENDÊNCIAS ANTIPOLÍTICAS: PRODUZIR, CONTROLAR, ELIMINAR

NEW ANTI-POLITICAL TENDENCIES: PRODUCE, CONTROL, ELIMINATE

Marco Antônio Sousa Alves¹

RESUMO

Partindo da análise realizada por Michel Foucault sobre a biopolítica, especialmente nos cursos *Em defesa da sociedade* (1976) e *O nascimento da biopolítica* (1979), este artigo pretende realizar um diagnóstico da *tecnopolítica*, termo que empregamos para nos referir ao modo como o poder funciona contemporaneamente, procurando destacar a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação. Defendemos que esse novo regime de poder tem uma dimensão positiva e outra negativa, que estão articuladas entre si. Argumentamos ainda, baseados em Hannah Arendt, que esses dois movimentos possuem uma natureza antipolítica, uma vez que comprometem a capacidade humana de entendimento e de ação em conjunto. Podemos resumir a tese central deste artigo na ideia de que a política morre ou é enfraquecida nos dois *fronts* da tecnopolítica contemporânea, positivo ou negativo: seja porque os espaços de deliberação são afetados pelo novo ideal tecnocrático e pela gestão da vida, seja porque um novo sonho autoritário reascende o ódio em relação ao “outro” e o desejo de separação e eliminação dos indesejáveis.

Palavras-chave: Tecnopolítica; Biopolítica; Antipolítica; Foucault; Arendt.

ABSTRACT

Based on the analysis carried out by Michel Foucault on biopolitics, especially in the courses *Society must be defended* (1976) and *The birth of biopolitics* (1979), this article intends to develop a diagnosis of *technopolitics*, a term we use to refer to the way power works contemporaneously, seeking to highlight the importance of new information and communication technologies. We defend that this new regime of power has a positive and a negative dimension, which are articulated with each other. We also argue, based on Hannah Arendt, that these two movements have an anti-political nature, since they compromise the human capacity for understanding and acting together. We can summarize the central thesis of this article on the idea that politics is killed or weakened on both fronts of contemporary technopolitics, positive or negative: either because the spaces of deliberation are affected by the new technocratic ideal and by the management of life, or because a new authoritarian dream rekindles the hatred towards the “other” and the desire for separation and elimination of undesirables.

Keywords: Technopolitics; Biopolitics; Anti-politics; Foucault; Arendt.

¹ Resumo de Biografia: Professor Adjunto de Teoria e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFGM). Doutor em Filosofia pela UFGM, com estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Mestre em Filosofia, bacharel em Direito e em Filosofia pela UFGM. Membro do núcleo de sustentação do GT Filosofia e Direito da ANPOF. Afiliação: Universidade Federal de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3781743161897964>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4885-8773>. E-mail: marcofilosofia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem duas pretensões principais. Primeiro, apresentar um diagnóstico de nosso tempo, tomando por base a reflexão desenvolvida por Michel Foucault na segunda metade dos anos 1970 sobre a biopolítica. Propomos o termo *tecnopolítica* para nomear um emergente regime de poder propriamente contemporâneo. Em segundo lugar, este trabalho procura delinear duas formas contemporâneas de funcionamento do poder que se articulam entre si: uma tecnopolítica positiva e uma negativa. Argumentaremos, em suma, que nosso tempo é marcado por um sonho tecnocrático de viés autoritário, que se manifesta, por um lado, pela pretensão de levar a cabo uma modalização digital sistemática e total da vida, rumo a uma humanidade completamente transparente para si mesma, ou seja, exaustivamente visível, registrável e explorável. Esse projeto, de um mundo eficiente, confortável e seguro, supostamente personalizado e “inteligente” (*smart*), corresponde ao aspecto propriamente positivo ou constitutivo da nova tecnopolítica. Justamente com essa dimensão, vemos também operar um poder mais associado ao controle ou mesmo à eliminação do indesejável, do resto considerado inútil, daquele que não conseguiu inserir-se de maneira bem sucedida no mundo competitivo atual. Esse “outro” é visto como um fracassado (*loser*), responsável por sua própria exclusão, além de ser considerado um elemento potencialmente perigoso para a vida da “boa sociedade” ou da nação sonhada pelos “cidadãos de bem”, que é aquela formada, basicamente, pelos vencedores ou pelos docilizados.

Este artigo apresenta ideias gerais, em processo de construção, que procuram construir um quadro mais geral e apontar para possíveis vias de pesquisa e futuros aprofundamentos. O objetivo deste trabalho não consiste, propriamente, no aprofundamento de um tema específico ou na imersão em uma obra ou um autor. A pretensão aqui pode ser resumida da seguinte maneira: oferecer elementos para uma análise do funcionamento do poder na contemporaneidade ou, mais exatamente, uma tentativa de conferir mais precisão àquilo que podemos qualificar como *tecnopolítica*, entendida como um regime emergente de poder. Nesse sentido, daremos continuidade ao projeto desenvolvido por Michel Foucault de uma “análítica do poder”, ou seja, uma descrição de como o poder funciona. Mais do que um questionamento sobre o que é o poder, o interesse desse tipo de investigação se volta para o seu modo de funcionamento, procurando descrever como opera o poder, por meio de quais instrumentos, quais dispositivos, com qual racionalidade, produzindo quais sujeitos e objetos (FOUCAULT, 2005, p. 27-48).

Neste trabalho, defendemos ainda que, hoje, especialmente no Brasil, vivemos um duplo movimento de natureza antipolítica. Nesse ponto, nossa inspiração vem, sobretudo, das reflexões conduzidas por Hannah Arendt sobre o poder, entendido como algo que emerge da capacidade humana de entendimento e de ação em conjunto. Não temos a pretensão de sugerir aqui uma

afinidade ou uma aproximação entre os pensamentos de Michel Foucault e Hannah Arendt. Aliás, no que diz respeito à reflexão sobre o poder, eles assumem perspectivas muito diversas e, em grande medida, conflitantes. Ao contrário do viés republicano do pensamento de Arendt (1985), que enfatiza os consensos, a paz social e a busca do bem comum, Foucault (2005, p. 22) claramente assume uma perspectiva crítica ao inverter a máxima de Clausewitz e afirmar que “a política é guerra continuada por outros meios”, destacando a permanência da guerra e fazendo do direito e do Estado meros instrumentos ou armas empregadas na perpetuação das batalhas que se mostram insuperáveis pela via do diálogo, do acordo esclarecido ou do convencimento racional. Em outras palavras, Foucault não aposta na política como um espaço possível de conciliação e superação dos conflitos, ressaltando que as lutas e os enfrentamentos permanecem vivos no interior da pretensa “paz civil”, ainda que possam subsistir de maneira menos aparente, silenciada, no subsolo da ordem instituída.

Apesar dessas evidentes diferenças entre as abordagens de Foucault e Arendt, entendemos que é possível a utilização conjunta deles enquanto meras ferramentas a serem empregadas em domínios específicos, com fins bem delimitados. Mesmo mantendo o pano de fundo crítico proposto por Foucault, que denuncia a insistente permanência dos enfrentamentos no seio da sociedade, podemos matizar essa visão e pensar em termos graduais, reconhecendo que a guerra pode assumir contornos mais ou menos explícitos, com maior ou menor intensidade nos conflitos. Assim, a concepção arendtiana de viés republicano pode ser acomodada nesse quadro mais amplo como um esforço de redução da violência e de fortalecimento da conciliação política e da convivência pacífica entre os seres humanos. Ainda que não nos seja permitido sonhar com uma plena superação dos conflitos, podemos imaginar mundos menos divididos, excludentes e violentos. Ou, pelo menos, podemos acreditar que é possível conviver com as diferenças sem necessariamente fomentar ódios e promover abertamente a desumanização e a eliminação do “outro”, que tende a ser tomado como inimigo da sociedade. Assim, é de fundamental importância diagnosticar os regimes de poder em funcionamento e aferir suas tendências, que podem voltar-se mais para a conciliação política, apesar de sempre existir vencedores e vencidos, ou podem conduzir para a guerra crua e aberta, fomentando práticas de segregação e eliminação, conformando um contexto propício para atrocidades totalitárias e genocídios.

É esse, infelizmente, o risco que identificamos atualmente. Em um mundo cada vez menos propenso ao entendimento e à busca por consensos, a violência, os ódios e os delírios de eliminação ganham espaço. Ao invés de investir na construção de uma vida em comum, com mais participação e reconhecimento, como almeja Arendt, vivemos em um tempo mais propenso ao afastamento, com separações cada vez maiores e novos inimigos sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que o campo da política está sendo minado, tanto por meio de um funcionamento positivo do poder, constituindo

novos sujeitos apolíticos e modos de governar avessos ao terreno da deliberação e do acordo minimamente esclarecido, como também por meio de um funcionamento negativo do poder, através de práticas violentas, autoritárias, excludentes e potencialmente genocidas. Em outras palavras, há em operação, na contemporaneidade, uma dinâmica que elide e nega o político, funcionando em termos negativos ou repressivos, assim como positivos ou constitutivos.

Pretendemos, neste artigo, descrever, em suas linhas gerais, esse duplo movimento, bem como compreender sua articulação no seio da tecnopolítica, entendida como um desdobramento da biopolítica. O percurso do presente texto está dividido em três momentos. Primeiro, elaboraremos uma rápida contraposição entre política e antipolítica, com base em Hannah Arendt, apontando para as tendências antipolíticas contemporâneas. Em um segundo momento, realizaremos uma breve exposição do ponto de partida teórico da presente reflexão: a biopolítica em Michel Foucault. Tomando por base, especialmente, os cursos *Em defesa da sociedade* e *Nascimento da biopolítica*, proferidos no Collège de France em 1976 e 1979, respectivamente, pretendemos mostrar como os aspectos positivos e negativos do funcionamento do poder estão articulados na reflexão de Foucault sobre a biopolítica. Por fim, em terceiro lugar, tentaremos, enfim, empreender uma analítica do poder de nosso tempo, da biopolítica à tecnopolítica, ressaltando o papel desempenhado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação e destacando o funcionamento positivo e negativo desse novo regime de poder. O argumento principal apresentado aqui é de que a política morre ou é enfraquecida nos dois *fronts*, positivo ou negativo, seja porque os espaços de deliberação são afetados pelo novo ideal tecnocrático e pela gestão da vida, seja porque novos autoritarismos emergem no terreno no qual o diálogo é empobrecido, reascendendo o ódio em relação ao “outro” e o desejo de separação e eliminação dos indesejáveis.

1. POLÍTICA E ANTIPOLÍTICA

Partimos aqui de uma compreensão clássica da política, recuperada por Hannah Arendt, que a entende como a arte de viver junto ou a reflexão sobre o mundo que queremos construir e habitar, o que envolve diálogo, troca de opiniões e a possibilidade do convencimento e da ação em conjunto. Se a política diz respeito à arte de viver juntos, de conviver, a antipolítica está, então, relacionada às forças contrárias, ou seja, às tendências que separam, que cindem, que impedem ou dificultam o diálogo, o entendimento, a partilha de um mundo em comum. Com essa distinção, como foi ressaltado na introdução deste artigo, não se pretende negar a existência de conflitos e desentendimentos. Arendt também tinha clareza dessa impossibilidade, quando pensamos em experiências efetivamente vividas pelos seres humanos. A questão é mais de ordem conceitual e abstrata, com o objetivo apenas de situar o poder como uma força que se contrapõe à mera violência

e com ela estabelece uma relação tensa, de exclusão, ainda que estejam sempre misturadas em suas manifestações concretas.

Hannah Arendt alerta para o risco da redução da ação, para o desmoronamento do espaço público e para o definhamento da política. Em *Da violência*, publicado originalmente em 1969, Arendt (1985) realiza um esforço teórico no sentido de afastar o poder da violência, apostando na capacidade de auto-organização não-violenta dos seres humanos por meio de acordos e instituições políticas. Nesse propósito, Arendt procura conferir mais precisão a noções fundamentais como “poder”, “força”, “autoridade” e “violência”, revendo o senso comum que tende a ver na violência a forma básica e a manifestação mais flagrante de poder. Ao invés de acentuar a função de domínio e pensar o poder em termos de comando e obediência, Arendt (1985, p. 34), retomando a tradição antiga, qual seja, a isonomia ateniense e a *civitas* romana, ressalta que o poder depende do pacto ou do acordo que mantém os cidadãos vinculados entre si, desaparecendo quando os indivíduos se afastam ou rompem suas relações por meio da violência. Assim, o poder depende de uma constante atualização por meio de palavras e atos.

Em suma, poder é compreendido por Arendt (1985, p. 41) como a capacidade humana de agir em concerto, em conjunto, como o resultado de uma ação coletiva que morre quando as palavras são vazias e os atos são brutais. A violência, entendida como uma ação individual, instrumental e vigorosa, tem a capacidade de destruir o poder, de impor uma obediência imediata que elimina o espaço do diálogo e da ação conjunta. A violência, aos olhos de Arendt (1985, p. 33), surge sempre que o poder fraqueja, quando o diálogo está em perigo e a ação conjunta fracassa. É a impotência que gera violência. E a violência, embora seja capaz de destruir, é incapaz de construir, produzir ou ampliar o poder.

Rejeitando a violência como arma política, Arendt (1985, p. 35), embora reconheça o caráter sempre conflituoso da política, vê nos meios violentos uma saída da política em direção a uma antipolítica. Ela é vista como o limite da política. Situada nas margens, a violência mantém com a política uma relação fronteira, sendo, em abstrato, sua negação, ainda que, em concreto, esteja sempre presente em alguma medida. A filósofa reconhece que o terreno da política é conflituoso, que envolve interesses contraditórios e grupos opostos, sendo preciso admitir que o acordo de muitos ou mesmo da maioria nunca abarcará a todos, de modo que a política permanece sempre um campo potencialmente conflitivo.

Mas, apesar dessa relação íntima com a violência, Arendt defende a importância de sempre lutarmos para ligar o poder à ação em comum. A aposta de Arendt, que gostaria de reter aqui, é de que a política, para se manter viva, depende de um permanente investimento no diálogo, no convencimento e na ação coletiva. Por mais precários e provisórios que sejam os acordos obtidos e as ligações estabelecidas, são eles que permitem que a convivência humana aconteça sem que

estejamos sempre recorrendo à violência e à guerra aberta e declarada. A instrumentalização do outro e a violência são, nesse sentido, forças que matam ou comprometem a política.

Para complementar e atualizar essas considerações de Hannah Arendt, convém fazer referência a outra pensadora que, mais contemporaneamente, tem explorado o avanço da antipolítica e de forças antidemocráticas: Wendy Brown. Em seu mais recente livro, intitulado *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*, lançado em 2019, ela associa a antipolítica contemporânea à racionalidade neoliberal e ao conservadorismo moral, mostrando as afinidades e tensões entre marcam o casamento dessas concepções no seio dos movimentos de viés autoritário da extrema direita, com foco em Donald Trump.

Seguindo, em parte, uma linha próxima a Arendt sobre o político, Brown (2019, p. 70) argumenta que a democracia envolve partilha de poder, no seio de “um projeto exclusivamente político que requer cultivo, renovação e apoio institucional”. Na visão da cientista política estadunidense, o neoliberalismo teria como característica limitar ou conter o político, vendo-o sempre com desconfiança e tendendo a promover Estados e instituições supranacionais despolitizados, nos quais os imperativos tecnocráticos e a gestão ocupam o lugar da deliberação. Uma ordem econômica e moral florescente parece, do ponto de vista neoliberal, exigir um governo limitado e um destronamento da política.

Em suma, a antipolítica neoliberal caracteriza-se, para Brown (2019, p. 76), pela “submissão da política às coordenadas e métricas econômicas”. Longe de ser uma externalidade ou um efeito incidental, o sufocamento da democracia é visto como um elemento fundamental do programa neoliberal, perceptível, de formas diversas, em vertentes tão diferentes como as de Friedrich Hayek, de Milton Friedman ou dos ordoliberalis. Em geral, essa crítica da democracia e do político é ocultada e disfarçada por uma defesa da liberdade individual. No fundo, Brown (2019, p. 98) defende que o neoliberalismo aponta para um regime autoritário-tecnocrático não apenas como uma fase de transição, um arranjo temporário feito com o objetivo de superar o modelo da social-democracia, mas sim como “a forma governamental apropriada ao capitalismo moderno”. O neoliberalismo defende, assim, a necessidade de uma administração não política e não democrática.

2. BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT: FUNCIONAMENTO POSITIVO E NEGATIVO DO PODER

Entre os anos de 1974 e 1979, vemos Michel Foucault empregar o termo “biopolítica” em diferentes contextos, com sentidos e aplicações variados.² O filósofo francês, convém destacar, não foi o primeiro a empregar esse termo, cujo aparecimento ocorreu algumas décadas antes, no início do século XX, ligado, inicialmente, à ciência biológica evolucionista. Suas primeiras aparições são detectadas nos trabalhos de alguns higienistas e nas teorias do organicismo social, que aproximavam o Estado Nacional a um organismo ou uma forma de vida. Partindo de conceitos oriundos das ciências naturais, especialmente de leituras da teoria da evolução, passou-se a ver os processos da vida como objeto da política (ESPOSITO, 2017, p. 19-58; BAZZICALUPO, 2017, p. 15-33; LEMKE, 2018, p. 21-50).

Quando Foucault desenvolve o tema da biopolítica, nos anos 1970, ele está, portanto, retomando uma noção que já tinha sido trabalhada, de formas bem variadas, na Alemanha, nos Estados Unidos e na França. Mas, embora Foucault não seja o criador dessa noção, é inegável que sua contribuição conferiu uma nova importância e dimensão a ela, que passa a assumir um lugar central no debate contemporâneo. Com esse termo, Foucault procura nomear uma transformação significativa do político, um deslocamento da vontade de um soberano para a administração e regulação dos processos da vida no nível da população. Em suma, a biopolítica para Foucault está relacionada com a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana no campo das técnicas políticas.

Foucault observa uma mudança bem específica, que pode ser descrita como uma extensão do político e uma captura da vida em termos biológicos, que tende a ser arrastada para o domínio dos cálculos e da gestão. O simples fato de viver passa a ser cada vez mais algo regulado, governado de múltiplas formas. Segundo Foucault (1988, p. 155), “no terreno assim conquistado, organizando-o e ampliando-o, os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los”.

² O conceito de biopolítica é utilizado pela primeira vez por Foucault em uma conferência proferida no Brasil, na UERJ, no ano de 1974, publicada alguns anos depois no livro *Microfísica do poder* com o título “O nascimento da medicina social” (cf. FOUCAULT, 1979). O ano de 1976 é o momento chave para a biopolítica em Foucault. O tema é explorado, especialmente, na última aula, de 17 de março de 1976, do curso *Em defesa da sociedade*, e na última parte do livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, publicado em novembro desse mesmo ano (cf. FOUCAULT, 1988). A partir de 1976, vemos o tema da biopolítica aparecer em diferentes momentos e de formas variadas no pensamento de Foucault. Algumas dessas aparições estão documentadas nos *Ditos e escritos* (cf. FOUCAULT, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2001e). Mas são os dois próximos cursos proferidos no Collège de France que oferecerão maiores desenvolvimentos sobre o tema, que nem sempre aparece expressamente, quais sejam, o curso *Segurança, território, população*, ministrado em 1978, e o curso *Nascimento da biopolítica*, de 1979 (cf. FOUCAULT, 2005, 2008).

No seio desse processo, um efeito é produzido: a vida é radicalmente politizada. Isso porque o poder investirá na vida em sua raiz, em sua definição mesma, tentando conformá-la em sua própria natureza. Uma das consequências dessa mudança radical do político, na leitura de Foucault, estaria na transformação também nos locais e nos objetos das lutas. Mais do que por uma lei, passamos a lutar e a reivindicar nosso corpo e o nosso próprio ser. Mais do que o direito, que sempre foi o espaço privilegiado das reivindicações e das disputas, a própria vida se torna o campo das lutas políticas. Além disso, um novo conjunto de saberes será mobilizado para instruir a ação governamental, especialmente a economia política, a estatística, a demografia, a epidemiologia, a medicina social e a ciência da administração. Esses saberes analisam os processos da vida no nível da população, delineiam estratégias de governo e propõem medidas normalizadoras de natureza terapêutica e otimizadora.

Ao invés de algo natural e estável, pretensamente pré-político, a vida é arrastada para o campo da política e torna-se uma nova fronteira a ser conquistada, um território marcado por diversos conflitos. É nesse campo que múltiplas lutas contra formas de sujeição terão seu lugar, em contraposição aos dispositivos securitários ou disciplinares que procuram governar a vida. Nesse sentido, nosso modo de ser, nossa mera existência, politiza-se. O argumento central de Foucault para compreender a emergência da biopolítica é justamente de que a política invade a vida e uma luta é instaurada na própria definição daquilo que será considerado “natural”. A conformação do humano enquanto ser vivente, em sua dimensão biológica, assume uma função seletiva, de fixação de uma norma, que sempre inclui uns e exclui outros, que opera a distinção entre o que é digno ou não de viver.

Inspirado na leitura de Lemke (2018, p. 54), podemos falar em três grandes maneiras de pensar a biopolítica em Foucault: (1) como um regime de poder com traços próprios, distintos da soberania ou da disciplina; (2) como um mecanismo de exclusão, no seio de uma guerra em defesa da sociedade, ligada a um racismo de Estado; (3) como uma racionalidade governamental liberal ou neoliberal. A análise dessas variações escapa ao objetivo deste artigo, que pretende captar, em linhas bem gerais, como o biopoder funciona, tanto em termos positivos, como negativos, produzindo e, também, reprimindo.³

É conhecida a ênfase que Foucault coloca no aspecto positivo ou produtivo do poder. Antes de reprimir, o poder produz o real. O poder, sem dúvidas, oprime e cerceia, mas, sobretudo, atua de maneira constitutiva. Nós somos, em grande medida, fabricados em meio a relações de poder. Nesse sentido, basta recordar a crítica à hipótese repressiva que Foucault desenvolve na *História da*

³ Para um estudo mais detalhado dessas aparições da noção de “biopolítica” no pensamento de Foucault, cf. AUTOR, 2021.

sexualidade I: a vontade de saber, ou ainda sua descrição do poder disciplinar em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1988, p. 21-58; 2009, p. 164-185).

É no seio desse projeto de uma analítica do poder e de uma crítica ao discurso jurídico, centrado na soberania e na lei, que as noções de poder disciplinar e biopoder são delineadas. O vocabulário jurídico, amplamente empregado pelo pensamento político moderno, é visto como inadequado para pensar o funcionamento do poder nas sociedades modernas e contemporâneas. O direito seria incapaz de captar a dimensão eminentemente positiva do funcionamento do poder e o controle exercido pelos dispositivos de normalização. O poder soberano teria, aos olhos de Foucault, um funcionamento essencialmente vertical e negativo, instanciado na lei. O direito seria seu instrumento por excelência, formulado em termos assimétricos, como um poder de vida e de morte. Já o poder disciplinar é visto por Foucault como o fruto de uma transformação nos mecanismos de poder ocorrida nos séculos XVII e XVIII, que, mais do que reprimir, passam a incitar, reforçar, controlar, vigiar, majorar e organizar as forças de uma maneira muito mais exaustiva e eficiente do que no seio do antigo poder régio. A disciplina, mais do que reprimir ou destruir indivíduos, visa a fabricar sujeitos dóceis, produtivos, úteis, por meio de um conjunto de dispositivos de contínua vigilância e correção.

Também a biopolítica será pensada em termos mais propriamente positivos ou constitutivos por Foucault, como um regime de poder que fabrica novos sujeitos e age conformando nossa experiência, mais do que simplesmente dizendo “não”, proibindo, censurando ou estabelecendo limites. Caberia aos mecanismos biopolíticos a regulação dos fenômenos vitais de uma população por meio de medidas incitativas, preventivas e corretivas. Seu objetivo seria administrar, desenvolver, cultivar e controlar a vida. Mais do que matar, essa tecnologia moderna de poder tem por característica “investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Com a introdução da biopolítica, Foucault (1988, p. 151-152) procura construir um quadro mais amplo do modo como o poder investiu sobre a vida a partir do século XVIII, articulando-a com os mecanismos disciplinares. A disciplina, desenvolvida a partir do século XVII, teria por objeto o corpo como máquina, constituindo uma anátomo-política do corpo humano que age no sentido de adestrar, ampliar as aptidões, extorquir as forças e fazer crescer a utilidade e a docilidade. Já a biopolítica, que teria se formado em meados do século XVIII, teria seu foco no corpo-espécie, intervindo em processos biológicos como a proliferação, a mortalidade, a saúde e a longevidade, impondo controles que visam regular uma população.

Entretanto, Foucault, em diferentes momentos, acentua também o funcionamento negativo do poder no seio da biopolítica, o fato de ela também envolver mecanismos de poder propriamente repressores, impositivos e violentos. Juntamente com uma biopolítica positiva ou constitutiva, uma técnica de normalização voltada para a produção da vida, podemos falar também em uma biopolítica

negativa, voltada para a separação, a exclusão e a eliminação. Esse poder negativo é visto como uma reativação do velho poder soberano de punir no seio da biopolítica, constituindo um elemento de seu funcionamento ou uma expressão de seus casos extremos e paroxísticos.

No curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France em 1976, Foucault (2005) deixa claro que a biopolítica pode ser articulada ao poder de matar, funcionando nos termos de uma guerra contra inimigos internos, em nome da defesa da sociedade. Daí o título do curso, que aparece no original francês entre aspas, como uma citação, e na forma de um imperativo, “*Il faut défendre la société*”, ou seja, “Temos de defender a sociedade” ou “É preciso defender a sociedade”. Infelizmente, a tradução brasileira por *Em defesa da sociedade*, sem as aspas e sem a forma claramente imperativa, pode induzir a erros de interpretação, pois sugere que Foucault proferiu um curso para defender a sociedade, abraçando justamente o discurso que pretendeu criticar.

A biopolítica está ligada a esse discurso em defesa da sociedade, como uma estratégia defensiva, contra tudo aquilo que supostamente ameaça a pureza e a saúde da nação. É nesse ponto que o princípio do racismo é ativado no seio da biopolítica. Raça aqui deve ser compreendida em sentido bem amplo, utilizada para designar qualquer tipo de clivagem histórico-política estabelecida por meio da violência da guerra, independentemente de a diferença apoiar-se na cor da pele, na origem, na língua ou na religião. A temática racista servirá como instrumento a serviço da estratégia dos conservadorismos sociais (FOUCAULT, 2005, p. 72-73).

O princípio do racismo permite, na leitura de Foucault, a reativação do velho poder soberano de morte, levando, paradoxalmente, da produção da vida ao extermínio. Apenas na última aula do curso, proferida no dia 17 de março de 1976, Foucault tratará explicitamente da noção de biopolítica, em estreita relação com a reflexão sobre a guerra social e o racismo de Estado, entendido como “um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2005, p. 73). A questão central passa a ser, então, inserir essa estratégia de normalização no seio de uma guerra social, ressaltando a tensão presente na gestão da vida entre aqueles que são protegidos e os outros que devem ser controlados ou mesmo morrer nessa luta em defesa da sociedade.

O mais importante para Foucault está na cisão, na divisão operada no seio da sociedade. O racismo é o ponto de inflexão no qual fica claro como um poder que investe sobre a vida, que age supostamente em sua defesa, pode também ser o motor da exclusão e do extermínio em massa do outro considerado inferior, impuro, perigoso, degenerado ou anormal. É justamente ao racismo que compete a tarefa de dividir a sociedade entre quem deve morrer para que os escolhidos vivam plenamente seu sonho de pureza. Segundo Foucault (2005, p. 305), “essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”.

O racismo vai além e possui, na visão de Foucault, uma segunda função, na qual a morte está intimamente vinculada à defesa da vida. É aqui que a biopolítica assume uma dimensão mais tanatopolítica ou mesmo necropolítica, de produção direta da morte, apoiando-se na crença de que quanto mais se deixar o outro morrer, mais a vida florescerá. Ou seja, nossa vida, para ser vivida plenamente, exigiria a eliminação do outro. Foucault (2005, p. 305-306) detecta, assim, a existência de uma política da morte no interior mesmo do cuidado com a vida.

É o racismo que tornará a morte aceitável e até mesmo necessária no seio da sociedade de normalização. Segundo Foucault (2005, p. 306), “se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo”. O filósofo francês evidencia no curso de 1976 essa perigosa dimensão da biopolítica, voltada para a produção da morte, mostrando como a lógica da potencialização da vida promove também o racismo genocida. Foucault (2005, p. 309-312) recorre à experiência nazista para mostrar justamente como a radicalização do biopoder generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar. Na interpretação de Foucault, o nazismo teria levado ao extremo e ao paroxismo os mecanismos disciplinares e biopolíticos de pureza da raça e defesa da vida, conformando uma sociedade universalmente securitária e reguladora, o que teria justamente permitido o mais completo poder soberano de matar. Em suma, Foucault (2005, p. 311) vê na experiência nazista um Estado absolutamente racista, assassino e suicida. Nunca a humanidade viu tanta morte como na luta em defesa da vida. Morte e vida caminham juntas na biopolítica.

Já no curso *Nascimento da Biopolítica*, ministrado no Collège de France em 1979, a biopolítica é então inserida em um novo quadro teórico, sobre a governamentalidade liberal e neoliberal. Na aula de 24 de janeiro de 1979, Foucault (2008, p. 87) afirma que o Estado Liberal pressupõe o Estado Policial: liberdade, disciplina e controle andam juntos. Foucault aprofunda a complexa relação entre liberdade e segurança, mostrando como o Estado da liberdade de mercado e de concorrência é plenamente compatível com o Estado policial e securitário, com um controle que viria sempre junto com a afirmação da liberdade. O panóptico seria a fórmula mesma de um governo liberal e, segundo Foucault (2008, p. 91), “não há liberalismo sem cultura do perigo”. Nesse ponto, ele derruba claramente o mito fundador do liberalismo como o governo apenas em nome da liberdade, problematizando a natureza dessa liberdade. Foucault (2008, p. 87) chega a afirmar que o liberalismo “implica em seu cerne uma relação de produção/destruição com a liberdade”.

Por um lado, a racionalidade governamental neoliberal produz novos sujeitos concebidos segundo o modelo empresarial, entendidos como empreendedores de si mesmos, ao mesmo tempo em que exclui, controla e reprime aqueles que fracassam ou não são incluídos no grande mercado concorrencial. Responsabilizados pelo próprio fracasso, esses indivíduos conformarão uma

população indesejada e supérflua, que deve ser deixada à sua própria sorte. Trata-se de uma massa perigosa, que ameaça a boa sociedade e que, portanto, deve ser vigiada, controlada e, se se fizer necessário, eliminada.

3. DA BIOPOLÍTICA À TECNOPOLÍTICA: PARA UMA ANÁLISE DO PODER DE NOSSO TEMPO

Apoiado em Foucault, nossa pretensão nesta última parte do trabalho consiste em traçar algumas linhas de atualização a partir de suas análises para pensar o mundo contemporâneo, no qual também verificamos tendências de funcionamento do poder em sentido positivo ou constitutivo, dando forma ao novo sujeito neoliberal, empreendedor de si, cada vez mais eficiente e produtivo, e também uma tendência negativa, tanatopolítica, baseada na cisão, na exclusão e no extermínio daqueles que são vistos como desviantes ou improdutivos. Assim, nosso tempo articula constituição normalizadora com repressão e violência, produção de novas subjetividades com eliminação dos corpos vistos como supérfluos ou indesejáveis.

Estamos, portanto, diante de um novo regime de poder que não pode ser reduzido à sua dimensão meramente positiva ou negativa. Assim como Foucault fez em sua análise do Estado nazista, que articulava o poder que age no sentido de produzir a vida como o velho poder soberano de morte, entendemos que uma nova articulação dessa natureza emerge atualmente. Também hoje vemos a biopolítica ser levada ao seu paroxismo, assumindo uma dimensão tanatopolítica, guiada por uma lógica guerreira. Uma guerra permanente de purificação é travada, em nome de variados conservadorismos sociais, misturando mitos de superioridade, patriotismo, cartilha neoliberal e fundamentalismo religioso.

O modo como o governo brasileiro tem enfrentado a pandemia de Covid-19 pode, em vários aspectos, ser situado nesse contexto e servir como um exemplo agudo e dramático para a nossa reflexão. Mesmo ultrapassando meio milhão de mortes, número apurado no dia 19 de junho de 2021, o foco do discurso de nosso presidente da república permanece centrado na economia, como se devêssemos colocar nossa vida em risco pelo bem do país e para cumprirmos nosso papel patriótico. O discurso do “mimimi” é uma ilustração disso: é preciso coragem para enfrentar a guerra, em nome da Pátria e da Economia.

Convém lembrar que a biopolítica, quando levada ao seu paroxismo, é uma política não apenas assassina, mas também suicidária. Foucault (2005, p. 311) já apontava para esse fenômeno na análise do Estado nazista, visto como absolutamente racista, assassino e suicida. O mesmo Estado que provoca a morte do outro considerado indesejado, por exemplo, o negro periférico no Brasil, também convida aquele que é visto como o “cidadão de bem” a realizar atos sacrificiais, em

nome da economia e do bem da Nação. Uma lógica guerreira é claramente ativada, em sua dupla dimensão: eliminar os inimigos e expor sua própria vida ao risco da morte. É como se fosse o preço a ser pago para vencer a guerra: alguns soldados acabam sendo sacrificados.

Nesse ponto, é possível perceber no bolsonarismo, entendido como movimento político mais amplo, que ultrapassa as ações propriamente governamentais, uma clara dimensão messiânica, guerreira e sacrificial. “O Brasil não pode parar”, diz o *slogan*. E devemos estar dispostos a matar, a deixar morrer e a dar nossa própria vida em sacrifício para podermos sobreviver e prosperar como nação. Continuamos produzindo inimigos e reativando a lógica da guerra permanente de purificação e normalização, em nome dos conservadorismos sociais. Como ressalta Safatle (2020a, n.p.): “A história do Brasil é o uso contínuo desta lógica. [...] A população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma”. Reativamos incessantemente um mecanismo atado a fantasias racistas, assassinas e suicidas.

Além de articular aspectos positivos e negativos, levando ao paroxismo o poder sobre a vida, a ponto de o Estado assumir uma dimensão assassina, genocida e suicidária, gostaríamos de chamar a atenção para outro elemento presente no modo contemporâneo de funcionamento do poder, que lhe confere uma dimensão inédita: o impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação. É, sobretudo, em razão da relevância desse aspecto que propomos nomear esse novo regime de poder de *tecnopolítica*. Em linhas gerais, trata-se de uma política guiada e mediada por novas tecnologias. Esse termo remete a uma ação política conduzida por uma racionalidade algorítmica e por uma gestão populacional feita por meio de dispositivos tecnológicos e ferramentas digitais.

Já faz algumas décadas que esse termo é utilizado por diferentes pensadores.⁴ De um lado, temos aqueles que assumem uma postura tecnocrática e sonham com um mundo controlado por máquinas e governado por algoritmos. O mesmo termo é também reivindicado por outro campo de pensamento, que reflete sobre formas de utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação tendo em vista o interesse público e a valorização da autonomia cidadã.⁵

Em nosso entendimento, as novas tecnologias da informação e da comunicação desempenham um papel fundamental na compreensão do novo modo como o poder funciona na contemporaneidade. Isso não significa que nosso mundo tenha sido simplesmente determinado pelas novas tecnologias. Não se trata de um determinismo tecnológico, de um fatalismo. O mundo

⁴ O termo é empregado, com sentidos muito variados, por autores como Gutierrez-Rubi (2014), Kurban, Peña-Lopez e Haberer (2016), Bruno, Cardoso, Kanashiro, Guilhon e Melgaço (2018) e Bruno (2019). Cabe destacar, ainda, os podcasts do Projeto Tecnopolítica, organizado por Sergio Amadeu da Silveira, disponíveis aqui: <https://www.youtube.com/channel/UCDy46jf2mcg8xySzrqV5pxw>.

⁵ Nesse sentido, podemos citar iniciativas como a Operação Serenata de Amor, que usa algoritmos para analisar e identificar suspeitas de mau uso de recursos públicos e gastos irregulares de verbas parlamentares. Para mais informações, ver: <https://serenata.ai/>.

que construímos para nós hoje não é uma consequência necessária de alguma nova tecnologia ou do funcionamento de determinados artefatos. Precisamos considerar o contexto e o modo como a tecnologia é apropriada por nós no seio de uma lógica social e econômica específica.

Também não devemos tomar a tecnologia de maneira meramente instrumental, como uma ferramenta neutra que permite bons ou maus usos. As novas tecnologias da informação e da comunicação não são apenas coisas que usamos, mas conformam o mundo no qual vivemos. Estamos imersos em um ambiente reduzido a dados e regido por algoritmos, supostamente mais “inteligente” (*smart*). Nossa percepção da realidade e nossa relação com os outros e conosco mesmo é cada vez mais mediada por diversos dispositivos e artefatos tecnológicos, dando vida a uma nova experiência (FLORIDI, 2014). Em grande medida, as tecnologias da informação e da comunicação dão forma ao ambiente no qual vivemos, possibilitando e incentivando determinadas formas de ação e, ao mesmo tempo, tornando outras extremamente improváveis ou praticamente impossíveis.

Diversos esforços de análise do modo de funcionamento do poder na contemporaneidade, atentos às novas tecnologias da informação e da comunicação, foram desenvolvidos nos últimos anos. Grande parte desses esforços tomam explicitamente como ponto de partida a proposta de Foucault de uma analítica do poder e, em especial, a biopolítica e a racionalidade governamental neoliberal. Nesse sentido, podemos citar os trabalhos de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns sobre a governamentalidade algorítmica (ROUVROY; BERNs, 2015), de David Lyon sobre a cultura de vigilância (LYON, 2018), de Shoshana Zuboff sobre o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019), de Wendy Brown sobre a relação entre neoliberalismo e autoritarismo (BROWN, 2019), de Byung-Chul Han sobre a psicopolítica e o fenômeno de digitalização da vida (HAN, 2018), de Nick Couldry e Ulises Mejias sobre o colonialismo de dados (COULDRY; MEJIAS, 2019), de Didier Bigo sobre o ban-óptico e a exceção securitária (BIGO, 2006, 2008) e de Achille Mbembe sobre o brutalismo e a necropolítica (MBEMBE, 2017, 2018a, 2018b, 2020).

Esses trabalhos, partindo de perspectivas bem diferentes, apontam para diferentes tendências antipolíticas, seja pela via de um tecnopoder que funciona positivamente, como na governamentalidade algorítmica pensada pelos pesquisadores belgas Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, na cultura de vigilância descrita por David Lyon ou no capitalismo de vigilância analisado por Shoshana Zuboff, seja pela via de um tecnopoder autoritário, excludente, colonialista e até mesmo genocida, como em Wendy Brown, Nick Couldry, Ulises Mejias, Didier Bigo e Achille Mbembe. Sem avançar em cada uma dessas propostas, pretendemos apenas traçar, em linhas gerais, alguns elementos positivos e negativos do funcionamento do tecnopoder, destacando sua dimensão antipolítica.

3.1. TECNOPOLÍTICA CONSTITUTIVA

O funcionamento positivo da tecnopolítica está associado à produção do novo sujeito neoliberal (eu-empresa), tomado como um empreendedor de si que age mediado pelas novas tecnologias no sentido de melhorar sua performance, de aumentar sua produtividade e de ser cada vez mais bem sucedido em um ambiente concorrencial. Somos livres para empreender. Mas o exercício dessa liberdade envolve uma ampla submissão a um sistema de controle e normalização exaustivo. Os novos dispositivos e serviços baseados na vigilância permanente, na extração massiva de dados, na conformação de perfis e no direcionamento de nosso comportamento são a base de uma nova estratégia de investimento em nosso próprio capital social e na autopromoção de si mesmo.

Buscamos serviços personalizados, que otimizam nossas ações e permitem um acréscimo de eficiência. Assim, sucumbimos ao *coaching*, ao *fitness* e ao capitalismo de vigilância. Não apenas aceitamos de maneira resignada o controle de nossas vidas e a invasão em nosso próprio corpo. Nós, em grande medida, também participamos de modo entusiasta dessa nova cultura de vigilância. Misturamos uma vigilância panóptica, baseada no modelo de um olho que tudo vê, com uma vigilância sinóptica, que é o oposto da anterior, ou seja, uma lógica na qual todos veem um, como ocorre no *reality show* ou no Youtube. Essas duas formas de vigilância convivem no seio de uma cultura marcada pela escopofilia, pelo voyerismo e pelo exibicionismo, ou seja, pelo desejo de ver tudo e pelo prazer de observar e de ser observado (LYON, 2010).

A tecnopolítica positiva assume uma dimensão ubíqua e imperceptível, funcionando como um poder invisível, um *soft power*, que não se manifesta externamente na forma imperativa, como uma lei ou um mandamento que estabelece proibições e limites. Somos vigiados sem que tenhamos uma percepção clara disso. Somos também conduzidos em nossas ações sem que tenhamos uma nítida consciência disso. O governo algorítmico e o behaviorismo de dados funcionam por meio de uma multiplicidade de dispositivos de controle, de classificação, de avaliação, de predição e de direcionamento. Governa-se sem que seja preciso passar pelas leis, pelo jogo democrático e pelo conflito (BERNS, 2020).

Temos aquilo que Thomas Berns (2009, p. 154) chamou de “mediocridade governamental”, ou seja, uma política pretensamente inofensiva, eficaz e simples, que não toca, não coage e é baseada em dados, agindo em tempo real. Governa-se como se não se governasse, à margem do político. Em suma, a política, em seu sentido tradicional, evanesce e perece. A tendência antipolítica do funcionamento positivo da tecnopolítica está, assim, ligada ao comprometimento da agência humana, afetando o caráter espontâneo e refletido de nossas ações, à nossa relação com um futuro

direcionado e personalizado, ao enfraquecimento da responsabilidade, da deliberação política e da possibilidade mesma de resistência e transgressão.

3.2. TECNOPOLÍTICA NEGATIVA

Quanto ao funcionamento negativo da tecnopolítica, podemos seguir, em grande medida, os argumentos de Foucault sobre a biopolítica para mostrar as relações entre liberdade/segurança, produção/eliminação, vida/morte. Em outras palavras, podemos dizer que, em nome da liberdade, da produção e da vida, construímos um Estado policial e securitário que controla, exclui, elimina e mata. Essa população indesejada será objeto de um tipo específico de vigilância, de natureza ban-óptica, que associa a estrutura panóptica a um conjunto de práticas de banimento e exclusão, como vemos na construção de muros, nos campos de refugiados, nas deportações e no controle da imigração (BIGO, 2006, 2008). A tendência negativa da tecnopolítica também se baseia em um princípio racista, em um corte operado no *continuum* humano, cindindo aqueles que devem ser protegidos e os outros indesejados a serem controlados e, eventualmente, eliminados.

Além dos sujeitos bem sucedidos em um mundo concorrencial, a tecnopolítica produz um resto indesejável que, em momentos de crise, é cada vez maior e mais ameaçador. Esse é um contexto favorável a respostas violentas, a um casamento entre neoliberalismo e autoritarismo. Uma lógica colonial é reavivada, desumanizando esse “outro” desviante ou improdutivo. Ficamos, assim, nas proximidades de um Estado genocida, no caminho de uma necropolítica capaz de investir contra a população considerada inútil e perigosa. Corremos, assim, o risco de produzir novos extermínios e tragédias humanas, como vimos no Estado nazista, em relação aos judeus, e na empresa colonial, em relação aos negros escravizados e aos povos indígenas.

O mundo contemporâneo é marcado por um processo que Achille Mbembe (2017) nomeou de “saída da democracia”. Nossa época privilegia, na visão de Mbembe, a separação, o ódio e a hostilidade em relação aos “outros”. Instaura-se, assim, um “mundo de homens sem laços”, que rejeitam estar perto dos outros e projetar uma vida em comum (MBEMBE, 2017, p. 73). Prosperam, hoje em dia, a lógica do curral ou do fechamento e a fantasia da separação ou até mesmo do extermínio. Assim, de acordo com o pensador camaronês, são nutridas as “políticas da inimizade”, baseadas na cisão, na exclusão e no extermínio.

A lógica colonial é reavivada e todos os indivíduos considerados indesejados ou supérfluos passam a receber o tratamento antes dispensados aos negros no seio da *plantation*, como “corpo de extração” (MBEMBE, 2018b, p. 42). Assim, a necropolítica tende a tornar-se hegemônica contemporaneamente. Mbembe (2018b, p. 20) nomeia esse processo de “devir negro do mundo”, concebido em estreita relação com o avanço de uma racionalidade de governo neoliberal. Mbembe

ênfatisa também a emergência de um novo “regime tecnocrático”, marcado pela vigilância em massa, pela requalificação do cidadão como beneficiário da segurança, pela instauração de um estado de guerra contra novos inimigos, pela constituição de “hordas virtuais” e pelo movimento de saída da democracia liberal.

O funcionamento negativo da tecnopolítica conforma um movimento claramente antipolítico, baseado na eliminação da raça considerada inferior e perigosa, na elisão do diálogo, na impossibilidade de ações coletivas e da construção de um mundo em comum, na lógica da guerra de sobrevivência (políticas da inimizade), na instrumentalização do outro como corpo de extração e na violência.

CONCLUSÃO

Podemos resumir a tese central deste trabalho na ideia de que a política morre ou é enfraquecida nos dois *fronts* da tecnopolítica contemporânea, positivo ou negativo: seja porque os espaços de deliberação são afetados pelo novo ideal tecnocrático e pela gestão da vida, seja porque um novo sonho autoritário reascende o ódio em relação ao “outro” e o desejo de separação e eliminação dos indesejados.

Podemos resumir o cenário atual nos seguintes termos: vivemos um sonho tecnocrático autoritário, de modalização digital sistemática e total da vida, rumo a uma humanidade completamente transparente para si mesma, ou seja, um futuro no qual todos os nossos comportamentos são visíveis, registráveis e exploráveis. Um mundo eficiente, confortável e seguro associado ao controle e/ou eliminação do outro indesejado, do resto inútil, do excluído/perdedor ameaçador.

Com a reflexão desenvolvida neste artigo, que destacou as dimensões positivas e negativas do novo regime de poder emergente, chamado de tecnopolítica, procuramos também oferecer uma ampliação e uma revisão parcial de algumas análises que tendem a acentuar apenas a dimensão positiva ou constitutiva do novo modo de funcionamento de poder, visto como um *soft power* avesso aos tradicionais instrumentos soberanos de viés repressivo e ostensivamente violento. Nesse sentido caminham, em grande medida, as contribuições de Shoshana Zuboff (2019), Byung-Chul Han (2018), Nick Couldry e Ulises Mejias (2019), e Zygmunt Bauman e David Lyon (2014). Em nossa percepção, é preciso reconhecer o funcionamento eminentemente negativo do tecnopoder e articulá-lo com sua dimensão mais positiva, sob pena de perdermos de vista as ameaças autoritárias de nosso tempo e o risco de vermos novos genocídios.

Talvez o grande desafio de nosso tempo seja compreender esse novo modo de funcionamento do poder e agir no sentido de tentar reverter esse processo, em sua dimensão tanto

positiva como negativa. Para isso, nossa principal tarefa consiste em reinventar o espaço político: fomentar o diálogo, reaproximar os radicalmente separados, refazer pactos e preparar o terreno para a construção de um mundo em comum. Embora seja forçoso reconhecer que a política nunca deixará de ser o lugar do conflito e que a guerra talvez seja permanente no subsolo da história, ainda assim podemos intensificar ou amenizar essas manifestações bélicas, somos capazes de criar e fomentar espaços nos quais lidamos com nossas diferenças de maneira menos odiosa e violenta.

Nesse sentido, algumas condições se apresentam como necessárias, ainda que não suficientes. Entendemos que é preciso compreender as novas tecnologias da informação e da comunicação e a lógica do capitalismo de vigilância, assim como promover medidas eficazes em vários domínios simultaneamente, como novas leis, novos códigos de conduta e procedimentos de autorregulação, um redesenho técnico dos dispositivos digitais, a promoção de mecanismos de desestímulo ou de incentivo econômico, além de um amplo projeto de alfabetização digital e midiática capaz de formar cidadãos hábeis, reflexivos e críticos na emergente sociedade da informação. Em suma, diversas batalhas precisarão ser travadas em vários domínios e um longo trajeto terá de ser percorrido. Resta saber se teremos vontade e mobilização suficientes e se conseguiremos levar adiante essas mudanças a tempo, antes que tenhamos de lidar com conflitos, tragédias ou catástrofes de grandes proporções, talvez definitivas e derradeiras para a espécie humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOR. “Politização da vida e guerra social: a biopolítica em Michel Foucault”. In: LIMA, B. N.; GANGANA, D. F. G.; VIANA, I. C.; ALVES, I. R.; ALVES, M. A. S.; SANTOS, T. C. C.; PATENTE, Z. M. O. (orgs.). *Vidamorte: biopolíticas em perspectiva*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, p. 19-42.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. *Vigilância líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad. Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2017.

BERNS, Thomas. *Gouverner sans gouverner : une archéologie politique de la statistique*. Paris: PUF, 2009.

BERNS, Thomas. “Tornar a revolta impossível”. Tradução de Marco Antônio Sousa Alves e Maria Cecília Pedreira de Almeida. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 8, n. 3, Brasília, dez. 2020, p. 29-37.

BIGO, Didier. “Security, exception, ban and surveillance”. In: LYON, David (ed.). *Theorizing surveillance: the panopticon and beyond*. Wilan, 2006, p. 46-68.

BIGO, Didier. “Globalized (in)Security: the field and the ban-opticon”. In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (eds.). *Terror, Insecurity and Liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. Routledge, 2008, p. 5-49.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Trad. Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Fernanda. “Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório. Entrevista com Fernanda Bruno”. *Portal Instituto Humanitas Unisinos*, 2 novembro 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594012-tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno>.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press, 2019.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FLORIDI, Luciano. *The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford University Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Editado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. “La politique de la santé au XVIIIe siècle” (1976). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Texto 168. Paris: Gallimard, 2001a, p. 13-27.

FOUCAULT, Michel. “Bio-histoire et bio-politique” (1976). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Texto 179. Paris: Gallimard, 2001b, p. 95-97.

FOUCAULT, Michel. “Entretien avec Michel Foucault” (1977). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Texto 192. Paris: Gallimard, 2001c, p. 140-160.

FOUCAULT, Michel. “Les rapports de pouvoir passent à l’intérieur des corps” (1977). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Texto 197. Paris: Gallimard, 2001d, p. 228-236.

FOUCAULT, Michel. “Michel Foucault: le sécurité et l’État” (1977). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II: 1976-1988*. Texto 213. Paris: Gallimard, 2001e, p. 383-388.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GUTIÉRREZ-RUBI, Antoni. *Tecnopolítica*: el uso y la concepción de las nuevas herramientas tecnológicas para la comunicación, la organización y la acción política colectivas. Bebookness, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2018.

KURBAN, Can; PEÑA-LOPEZ, Ismael; HABERER, Maria. "What is technopolitics? A conceptual scheme for understanding politics in the digital age". *Proceedings of the 12th International Conference on Internet, Law & Politics*, p. 499-519, July 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308032014_What_is_technopolitics_A_conceptual_scheme_for_understanding_politics_in_the_digital_age.

LEMKE, Thomas. *Biopolítica*: críticas, debates, perspectivas. Trad. Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

LYON, David. "11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado". In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (orgs.). *Vigilância e visibilidade*: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 115-140.

LYON, David. *The culture of surveillance*: watching as a way of life. Polity Press, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. "Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação". *Revista Eco Póis*, vol. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.

SAFATLE, Vladimir. "Bem-vindo ao estado suicidário". *n-1 edições online*, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

Trabalho recebido em 13 de outubro de 2021

Aceito em 20 de agosto de 2021